

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
CURSO DE PSICOLOGIA

LEILA APARECIDA DOS SANTOS
MATHEUS RODRIGO FERNANDES
SANDRELI GALONE ANDRADE

COVID-19 E ENSINO REMOTO: ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DE
2020 A 2022

Ribeirão Preto
2022

**LEILA APARECIDA DOS SANTOS
MATHEUS RODRIGO FERNANDES
SANDRELI GALONE ANDRADE**

**COVID-19 E ENSINO REMOTO: ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DE
2020 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia
apresentado ao Centro Universitário Barão de
Mauá.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Machado da
Silva Carita

Ribeirão Preto

2022

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

C873

Covid-19 e ensino remoto: estudo de revisão de literatura de 2020 a 2022/ Leila Aparecida dos Santos; Matheus Rodrigo Fernandes; Sandreli Galone Andrade - Ribeirão Preto, 2022.

50p.il

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dra. Gisele Machado da Silva Carita

1. Pandemia de Covid-19 2. Educação básica 3. Ensino remoto I. Santos, Leila Aparecida dos II. Fernandes, Matheus Rodrigo III. Andrade, Sandreli Galone IV. Carita, Gisele Machado da Silva V. Título

CDU 159.9

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB8 9878

**LEILA APARECIDA DOS SANTOS
MATHEUS RODRIGO FERNANDES
SANDRELI GALONE ANDRADE**

**COVID-19 E ENSINO REMOTO: ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DE
2020 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia
apresentado ao Centro Universitário Barão de
Mauá.

Data de aprovação:

BANCA EXAMINADORA

Dra. Gisele Machado da Silva Carita
Centro universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Mayara Colleti
Centro universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Marina Candiani Meles
Centro universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2022

Dedicamos este trabalho às vítimas da Covid-19, por falta de uma gestão baseada na ciência.

AGRADECIMENTO

Para a Profa. Dra. Gisele Machado da Silva Carita o nosso muito obrigado pela orientação deste trabalho, desde a escolha do tema, decisões metodológicas, correções de relatórios parciais e finalização, sempre com muita competência, atenção e carinho dispensado ao grupo.

Agradecemos ao Prof. Dr. Antonio dos Santos Andrade por toda a contribuição oferecida ao grupo nos momentos em que foi solicitado.

Para a bibliotecária Iandra M. H. Fernandes pela leveza da colaboração nas orientações da utilização das normas ABNT neste trabalho.

RESUMO

Em março de 2020, o Ministério da Educação, em decorrência da pandemia, suspendeu, em todas as unidades de ensino, as aulas presenciais e instituiu o ensino remoto. Razões econômico-sociais fizeram com que se agravasse ainda mais no país as desigualdades ao acesso a um ensino de qualidade. Este trabalho se propôs a compreender como a literatura científica no Brasil tem abordado e divulgado o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, durante o período de quarentena e após a retomada das aulas presenciais. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada uma revisão integrativa, abrangendo pesquisas realizadas no período de 2020 a 2022, nas bases de dados *Scielo* e *Pepsic*, utilizando os descritores “educação” e “covid-19”. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 22 artigos, sendo 12 teóricos e 10 pesquisas empíricas. Os artigos foram analisados qualitativamente, sugerindo uma leitura exploratória dos artigos, releitura atenta do material encontrado, organização dos dados em áreas temáticas, análise e síntese de cada temática. Os 22 artigos encontrados foram agrupados em duas grandes categorias, teóricos e empíricos e seis subcategorias, sendo três em cada uma delas. Dos doze estudos teóricos foram agrupados em três categorias: abordagem geral das implicações da pandemia para a educação, críticas das atividades pedagógicas não presenciais e temas específicos sobre o impacto da pandemia na educação. Os dez artigos de pesquisas empíricas encontrados foram classificados em três subcategorias, sendo oito pesquisas com professores, uma pesquisa com familiares e uma pesquisa sobre atuação do psicólogo escolar em tempo de pandemia. A subcategoria pesquisas com professores foi dividido em três partes, relacionados três aspectos a cada uma delas, sendo pedagógicos, profissionais e psicológicos. De modo geral, os resultados enfatizam uma insuficiência da educação, tal como ela existia antes da pandemia, em atender às demandas dos alunos durante a quarentena. Os artigos referentes aos professores apontam a falta de capacidade do sistema educacional brasileiro de conseguir oferecer o mínimo necessário à aprendizagem no contexto das atividades pedagógicas não presenciais e uma crítica das condições em geral nas quais o ensino remoto ocorreu durante a quarentena em nosso país. Foi possível concluir que o impacto da pandemia sobre os professores foi exacerbado, tanto em termos pedagógicos, quanto profissionais e psicológicos. No artigo que se refere aos familiares, os resultados indicaram situações como a falta de recursos tecnológicos, despreparo das mães em lidar com o conteúdo das matérias e a continuidade da lógica da divisão sexual do trabalho, com o agravamento da sobrecarga para as mulheres. Um único artigo destacou a experiência de estágio de Psicologia Escolar, no qual se observou que o uso das tecnologias de informação e comunicação que se revelou como uma estratégia potencial para ação junto ao público

adolescente, mas evidenciou as dificuldades de acesso à educação de modo remoto para os alunos de escolas públicas, acirradas durante a pandemia.

Palavras-chaves: Pandemia de Covid-19. Educação Básica. Ensino Remoto.

ABSTRACT

In March 2020, as a result of the pandemic, the Ministry of Education suspended in-person classes in all educational units and introduced distance learning. Economic and social reasons have exacerbated inequalities in access to quality education in the country. The objective of this work was to understand how the academic literature in Brazil addressed and communicated the COVID-19 issue related to distance education during the quarantine period and after the resumption of in-person instruction. To achieve this objective, an integrative review was conducted that included research from 2020 to 2022 in the *Scielo* and *Pepsic* databases with the descriptors "education" and "COVID-19". After applying the inclusion and exclusion criteria, 22 articles remained, of which 12 were theoretical and 10 were empirical studies. The articles were subjected to a qualitative analysis that included an exploratory reading of the articles, a careful re-reading of the found material, a classification of the data into themes, and an analysis and synthesis of each theme. The 22 articles found were divided into two main categories (theoretical and empirical) and six subcategories (three each). The twelve theoretical studies were divided into three categories: general approach to the impact of the pandemic on education, critique of distance education, and specific topics on the impact of the pandemic on education. The ten empirical research articles found were divided into three subcategories: eight studies with teachers, one study with family members, and one study on the role of school psychologists in times of a pandemic. The subcategory of studies with teachers was divided into three parts, each relating to three aspects: educational, professional, and psychological. In general, the findings emphasize that teaching as it existed before the pandemic didn't meet the needs of students during the quarantine. The articles related to teachers point out that the Brazilian educational system was not able to offer the minimum required for learning in non-contact educational activities, and criticize the general conditions in which distance education took place during the quarantine in our country. It could be noted that the impact of the pandemic on teachers was aggravated in educational, professional, and psychological terms. The article that referred to family members highlighted situations such as the lack of technical resources, the unpreparedness of mothers in dealing with the content of the subjects taught, and the continuity of the logic of the gender division of labor, with which the burden on women is exacerbated. One article highlighted the experience of the school psychology internship, which found that the use of information and communication technologies proved to be a potential strategy for working with adolescents, but also the difficulties of remote access to educational services for public school students, which were harsh during the pandemic.

Keywords: Covid-19 pandemic. Primary education. Remote teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
3 OBJETIVO.....	18
3.1 Objetivos específicos	18
4 METODOLOGIA	19
4.1 Procedimento de coleta de dados.....	19
4.2 Procedimento de análise de dados	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1 Estudos teóricos sobre o impacto da pandemia na educação.....	21
5.1.1 Abordagem global das implicações da pandemia para a educação	25
5.1.2 Críticas às atividades pedagógicas não presenciais.....	27
5.1.3 Temas específicos relativos aos impactos da pandemia.....	30
5.2 Estudos empíricos sobre o impacto da pandemia na educação.....	32
5.2.1 Pesquisas com professores	35
5.2.1.1 Pesquisas com professores focadas nos aspectos pedagógicos	35
5.2.1.2 Pesquisas com professores focadas nos aspectos profissionais.....	37
5.2.1.3 Pesquisas com professores focadas nos aspectos psicológicos	38
5.2.2 Pesquisa com familiares.....	39
5.2.3 Atuações do psicólogo escolar em tempos de pandemia	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), foi declarada no dia 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Depois de um ano, já eram confirmados aproximadamente 110 milhões de casos e, no mudo, mais de dois milhões e meio de mortes. No Brasil, hoje (11/11/2022) já são 34.928.504 casos e 688.659 mortos pela doença (PORTAL G1, 2022a).

No início da pandemia, com a propagação acelerada da Covid-19 nas diversas regiões do planeta, na inexistência de vacina ou medicamento antiviral específico, cientificamente comprovados, surgia como único recurso a adoção da quarentena, com a finalidade de assegurar o distanciamento social e diminuir o contágio (MAGALHÃES, 2021).

Neste contexto, os sistemas de educação no planeta sentiram os efeitos da pandemia e enfrentaram um desafio sem precedentes. Relatório do Banco Mundial apontava que cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficavam fora da escola em mais de 156 países, em abril de 2020. Na América Latina e no Caribe, na mesma situação, eram mais de 154 milhões de crianças e adolescentes, número que representava cerca de 95% dos alunos matriculados na região (MAGALHÃES, 2021).

Diante desta situação, a grande maioria dos países passou a recorrer ao Ensino Remoto, nas suas mais variadas formas, com o intuito de diminuir este impacto sobre a educação. O Brasil não foi exceção, com uma portaria do Ministério da Educação, publicada no dia 17 de março de 2020, já com as aulas presenciais suspensas, foi autorizada a substituição dessas por aulas em meios digitais, para todos os sistemas de ensino, em todos os níveis, a despeito da desigualdade de acesso digital entre as diversas camadas da população. A pesquisa Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) Domicílios 2019 apontava para a inexistência de acesso à internet em 28% das residências do país, subindo para 50% nas classes D e E. Além disso, enquanto entre as classes A e B a presença de computadores era de 95% e 85% respectivamente, entre as classes D e E, esse número caía para 14% (MACEDO, 2021).

Esta desigualdade de acesso digital elevada permitia prever o grande prejuízo para o cotidiano escolar, sobretudo nas classes D e E, que sofreria com tal decisão do governo federal, sem a devida assistência no sentido de se propiciar recursos para sua diminuição. Como comprovação de tal prejuízo, o Portal de Notícias G1 publicou um levantamento realizado em 08/02/2022, pela ONG Todos pela Educação, no qual se verificou que, em 2021, das crianças brasileiras entre 6 e 7 anos, 40,8% não sabiam ler e escrever, ou seja, em uma sala de 25 crianças, 10 não haviam sido alfabetizadas. Comparando-se com os dois anos anteriores, este valor era de 8 em 2020 e 6 em 2019. Em valores absolutos, o número de crianças não

alfabetizadas entre 6 e 7 anos cresceu 65,5%, passando de 1,429 milhão em 2019 para 2,367 milhões em 2021. Se forem consideradas as crianças desta mesma faixa etária amarelas, indígenas e não declarantes, esta porcentagem sobe para 66,3%. Torna-se ainda mais alarmante a porcentagem de crianças desta faixa etária não alfabetizadas em 2021, que se autodeclaravam pretas (47,4%) e pardas (44,5%); enquanto entre as crianças brancas, as não alfabetizadas eram de 35,1%. Em 2019, em nenhum destes agrupamentos étnicos havia mais de 30% de crianças não alfabetizadas (PORTAL G1, 2022b).

Este cenário nacional desperta as maiores preocupações em relação a como deve ter sido o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem provocadas pela adoção das aulas digitais em substituição às presenciais. No presente projeto de pesquisa pretende-se compreender como a literatura científica no Brasil tem abordado e divulgado o tema Covid-19 e ensino remoto, além de refletir sobre a atuação da Psicologia Escolar neste contexto.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Em sua origem, referida como de abordagem psicométrica, a Psicologia Escolar adotava o que se convencionou chamar de modelo clínico-médico, cujo objetivo era realizar psicodiagnósticos e tratar de problemas de aprendizagem. O psicólogo escolar exercia a função de diagnosticar alunos e trabalhar com testes psicológicos, como também, solucionar dificuldades de aprendizagens em alunos que não obtinham sucesso nos processos educativos (ZUCOLOTTO; MENDES, 2020).

A partir de 1980, surgiram trabalhos que passaram a desenvolver análises críticas da atuação do psicólogo escolar, passou-se a considerar as relações escolares como um todo. A visão sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos mudou, “passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, cuja análise deve abarcar os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais” (LIMA, 2005, p. 21).

Neste movimento destacou-se Maria Helena de Souza Patto, com sua obra “Produção do Fracasso Escolar” na qual buscava investigar os fatores sociais de produção do, assim chamado, fracasso escolar. Partindo da constatação de que a grande maioria dos alunos reprovados, evadidos ou com dificuldades de aprendizagem eram originários das camadas populares da sociedade, a autora passou a evidenciar fatores sociais que pareciam apontar para o modo como a escola se relacionava com estes como os principais responsáveis por suas dificuldades de aprendizagem. Por isso, passou-se a referir ao “fracasso escolar”, agora concebido como um fracasso da instituição escolar e não mais como um fracasso do escolar, ou seja, do aluno com dificuldade (PATTO, 1990).

Novas políticas foram criadas para que o psicólogo escolar não se baseasse no modelo clínico, aquele que exerce funções de psicodiagnósticos e soluciona problemas de aprendizagem dos alunos, sendo estabelecido um outro enfoque, que de acordo com Zucolotto e Mendes (2020, p. 91),

(...) uma outra possibilidade de olhar e de compreender o sujeito a partir do meio no qual está inserido, levando em consideração a comunidade e a família a qual pertence, bem como a instituição que passa a ser entendida como algo que também constitui este sujeito. Ocorre, para a Psicologia, a possibilidade de olhar o indivíduo através de todo um complexo de relações, através de uma compreensão que o envolvesse e não simplesmente no fechamento de um diagnóstico.

O cenário da educação escolar enfrenta grandes problemas de origem social, pois muitas crianças e seus familiares sofrem com a desigualdade socioeconômica, e o direito da educação para todos, como paradigma, não se cumpre. Como em todo sistema capitalista, também a educação se torna mercadoria e não um direito, causando certa diferença entre os

sistemas de ensino público e particular, no qual muitas crianças de baixa renda não possuem as mesmas condições e qualidades de ensino presentes nas escolas particulares. Esse fator é gerador da divisão socioeconômica no país (GUZZO, 2016).

A desigualdade não atinge apenas os alunos e seus familiares, mas também os professores, que não recebem remuneração digna de acordo com seu trabalho. Além disso, os educadores vivenciam o mesmo contexto de vulnerabilidade social dos alunos, em que muitos estudantes possuem baixa motivação nos estudos devido ao ambiente que estão inseridos. Essa baixa motivação pode se transformar em dificuldades de aprendizagens e de conduta. Tais fatores acabam dificultando ainda mais o trabalho dos professores (GUZZO, 2016).

Com a nova perspectiva da Psicologia Escolar, “o papel do psicólogo diante deste cenário tem sido, historicamente, o de buscar a conformidade e ajustar as pessoas ao que é possível para elas, dadas as condições concretas” (GUZZO, 2016, p. 15).

Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia recomenda que antes de realizar suas intervenções, cabe ao profissional levar em consideração o projeto político-pedagógico da instituição para desenvolver e planejar suas atuações. Também é necessário compreender e conhecer dados objetivos da instituição, como por exemplo, quantidade de alunos e funcionários, os serviços que a escola oferece a comunidade, reuniões que estão sendo planejadas, o índice de aprovação, reprovação e evasão dos alunos, entre outros aspectos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Na instituição escolar, o papel do psicólogo se torna o de facilitador da compreensão dos processos educacionais, o de especialista em formas de lidar com comportamentos agressivos, disponibilizador de recursos favoráveis ao desenvolvimento do aluno, criança ou adolescente, de colaborador na formação contínua dos educadores, construtor de um espaço de compartilhamento das angústias vivenciadas por seus integrantes e promotor da cidadania, com vista à autonomia, responsabilidade e respeito mútuo, de alunos e da comunidade escolar, incluindo as famílias (VIANA, 2016).

Além disso, o psicólogo exerce outras funções, atuando como promotor de reflexão e facilitador do desenvolvimento da crítica institucional em professores e alunos, envolvendo-se com reflexões a respeito de metodologias e meios de promoção dos processos de aprendizagem, favorecendo o relacionamento entre os participantes da vida escolar, e ainda colaborando na mediação de conflitos. Outro aspecto importante da atuação do psicólogo consiste no trabalho em equipes multiprofissionais de saúde e assistencial (VIANA, 2016).

Um importante papel do psicólogo está na educação inclusiva, sendo necessário que esse profissional trabalhe com os demais membros da instituição, temáticas sobre o preconceito,

inclusão, igualdade e equidade, por exemplo. Dessa forma, o psicólogo escolar promove a reflexão coletiva sobre barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento, para que, assim, o ambiente escolar seja um lugar para todos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Collares e Moysés (2014) ressaltam a necessidade de um olhar atento sobre o modo como o fracasso escolar é submetido a uma visão médico-farmacológica, ao se transformar questões que são de origem social em política, em problemas a serem tratados por médicos. Neste sentido, se assume que o fracasso escolar deve ser explicado apenas por fatores originários do aluno, corroborando uma “abordagem biológica, organicista” (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 25), e ainda, estendendo a análise dos fatores causais para a vida inteira do aluno, medicalizando-a também. Pode-se afirmar que, ocorre um processo de medicalização quando se transforma características particulares socialmente construídas, típicas de situações que não correspondem ao padrão social estabelecido, em aspectos biológicos, ou até em doenças. É a essa transformação em doença que se dá o nome de patologizar características singulares próprias de qualquer ser humano.

Este processo de medicalização da educação corresponde a uma atualização do que, já foi chamado de biologização da educação, ainda que atualmente se apresente de forma mais ampliada, apoiado em descobertas, ainda controversas, da área médica (COLLARES; MOYSÉS, 1996).

Neste processo, se “persegue” e “condena” aqueles alunos que se desviam dos padrões de desempenhos esperados e definidos por uma elite dominante. Desta forma, torna-se indispensável ao psicólogo atentar para fatores que são fundamentais para que se realizem os processos de aprendizagem e que não derivam dos alunos, mas dos contextos sociais nos quais estes processos ocorrem, tais como deficiência de atuação pedagógica adequada que acaba por produzir nos alunos uma suposta história de deficiência, que leva a uma expectativa do diagnóstico e medicalização, ou seja, atribui-se ao aluno a responsabilidade pelo fracasso (HARACEMIV; CIRINO; CARON, 2020).

Na maior parte dos casos de alunos encaminhados aos processos de avaliação psicopedagógico ou para profissionais da área médica a justificativa é de uma suposição de que a deficiência de desempenho do aluno resulta de uma incapacidade de aprender, de uma falta de atenção, de sua irritabilidade, indisciplina, hiperatividade, carência, imaturidade, lentidão e de outros rótulos que o definem como um aluno que não aprende. Além de se responsabilizar o aluno pelo próprio fracasso, se impõe a eles, na maioria das vezes, intervenções medicamentosas (HARACEMIV; CIRINO; CARON, 2020).

Além disso, o profissional de psicologia no contexto da educação, deve trabalhar com temas que visam diminuir a agressividade e a violência física e verbal entre os pares. Nesse contexto, um fator fundamental é o conceito de empatia, cujo desenvolvimento é fundamental para o convívio social e respeito ao outro, e um fator de proteção contra problemas de comportamentos interpessoais. Essa prática geralmente está interligada aos estilos parentais de cada indivíduo, ou seja, se assume que o ambiente no qual o aluno está inserido pode favorecer ou não o desenvolvimento da empatia (JUSTO; CARVALHO; KRISTENSEN, 2014).

Pais autoritários que possuem o costume de utilizar estratégias punitivas como forma de impor limites fazem com que seus filhos corram maior risco de não desenvolverem suficientemente a empatia, tornando-as crianças com pouca consideração pelos seus pares (JUSTO; CARVALHO; KRISTENSEN, 2014). Esses fatores podem justificar a ocorrência do bullying presente nas instituições, pois o modelo parental influencia diretamente na maneira da criança se comportar e agir na escola e na sociedade em geral.

No contexto da pandemia, esses fatores tornaram-se mais visíveis dentro das instituições. Devido ao isolamento social, alguns alunos sofreram com o distanciamento de seus pares, acarretando dificuldades nas relações interpessoais. O trabalho do psicólogo escolar, em tempos de pandemia, foi justamente como mediador dessas relações, atuando por meio da escuta dos significados presentes e promovendo um espaço no qual o diálogo fosse possível, levando à construção de um caminho para o coletivo (PEDROZA; MAIA, 2021).

O adoecimento do docente, em período de pandemia, também foi considerado outro fator de grande impacto no cenário escolar. Houve a reestruturação da didática e novas metodologias de ensino, no qual foi preciso recorrer a novas ferramentas e recursos, como o uso de mídias digitais. Com a implementação dos recursos tecnológicos, muitos professores tiveram dificuldades financeiras ao adquirir equipamentos, sem contar com a acumulação de trabalhos e dificuldades de interação e motivação dos alunos devido ao distanciamento social (VITAL; URT, 2021).

As exigências e pressões vindas da escola e dos responsáveis dos alunos, também foram fatores estressantes para o professor no período do ensino remoto. Nestas situações, o trabalho do profissional de psicologia no contexto escolar deve pautar-se em

(...) acolher, auxiliar e atender o professor em adoecimento, mas, concomitantemente, pensar e desenvolver propostas formativas transformadoras, que o façam olhar para além da aparência desse fenômeno, compreender suas relações de trabalho e construir objetiva e intencionalmente instrumentos de enfrentamento, buscando alternativas de superação das formas alienadas de seu desenvolvimento (VITAL; URT, 2021, p. 143).

Entende-se, portanto, que as situações de aulas remotas e o isolamento social, decorrentes da pandemia, impactaram diretamente o contexto escolar, fazendo-se necessário olhar e refletir atentamente sobre o tema.

3 OBJETIVO

Compreender como a literatura científica no Brasil tem abordado e divulgado o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, durante o período de quarentena e após a retomada das aulas presenciais.

3.1 Objetivos específicos

Investigar por quais meios era realizado o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19; verificar se ocorreram dificuldades de aprendizagem relatadas na literatura, durante a quarentena; compreender os aspectos psicossociais relacionados ao distanciamento do espaço escolar; e buscar possíveis estudos que pudessem orientar a volta ao ensino presencial, ao final da quarentena.

4 METODOLOGIA

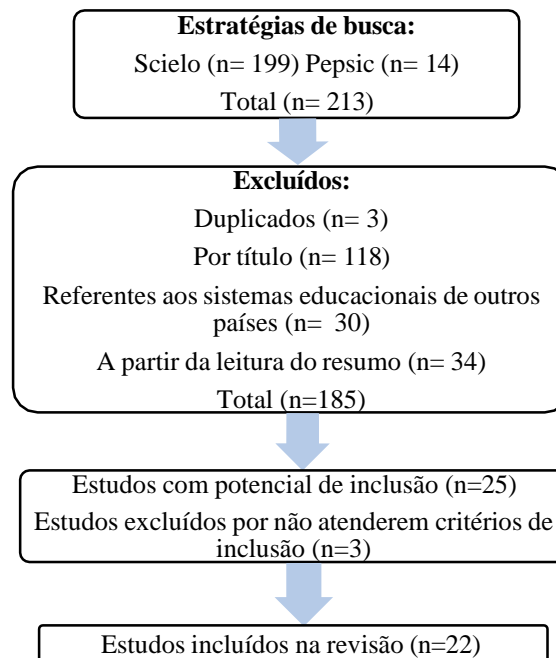
Para a realização do presente trabalho, foi utilizada uma revisão integrativa, abrangendo pesquisas realizadas no período de 2020 a 2022. A revisão integrativa visa traçar um panorama sobre o que literatura traz de acordo com determinado tema (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

4.1 Procedimento de coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão de artigos: artigos em português, sobre a Pandemia no Brasil, integralmente publicados no período de 2020 a 2022, focando temas do contexto escolar como atividades presenciais ou de ensino remoto. Utilizou-se como critérios de exclusão: artigos que não estivessem escritos em língua portuguesa, não publicados integralmente, com foco na área de saúde e período anterior a 2020.

Inicialmente foi encontrado um número aparentemente elevado, que continha estudos focados nas questões de Saúde e que apenas de passagem se referiam à Educação. Outros estudos tratavam da formação de profissionais de saúde, portanto do Ensino Superior.

Figura 1- Procedimento de coleta de dados



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Conforme mostrado acima, a revisão inicial da literatura, realizada nas bases de dados *SciELO* e *Pepsic*, utilizando os descritores “educação” e “covid-19”, no período de

fevereiro a maio de 2022, revelou 213 artigos. Sobre a Educação Básica e com a preocupação em tratar dos efeitos da pandemia de Covid-19, aplicados os critérios de exclusão, restaram 22 artigos, sendo 12 teóricos e 10 empíricos.

Também foram buscados, em agosto de 2022, devido a necessidade de conclusão do trabalho, estudos que abordassem a volta às aulas presenciais, após a quarentena da Pandemia de Covid-19, no entanto, mesmo ampliando a busca com a inclusão da base de dados *Redalyc*, não foi encontrado nenhum estudo ou pesquisa a respeito.

4.2 Procedimento de análise de dados

Foi realizada uma análise qualitativa baseada nos passos propostos por Martins & Bicudo (1989): Leitura exploratória dos artigos e monografias buscando uma compreensão geral; Releitura atenta do material encontrado para compreender as temáticas tratadas e investigação de convergências e divergências entre os artigos e monografias; Organização dos dados em áreas temáticas; Análise de cada temática para verificar como a literatura científica tem abordado o tema; Síntese das temáticas consultadas.

Assim, os artigos que compõem os resultados foram agrupados inicialmente em duas categorias: teóricos, aqueles que abordavam o tema apenas de um ponto vista conceitual, buscando contribuir para o debate, e empíricos, aqueles que relatavam uma pesquisa científica desenvolvida sobre o tema. Cada uma dessas categorias, por sua vez, foi subdividida em subcategorias.

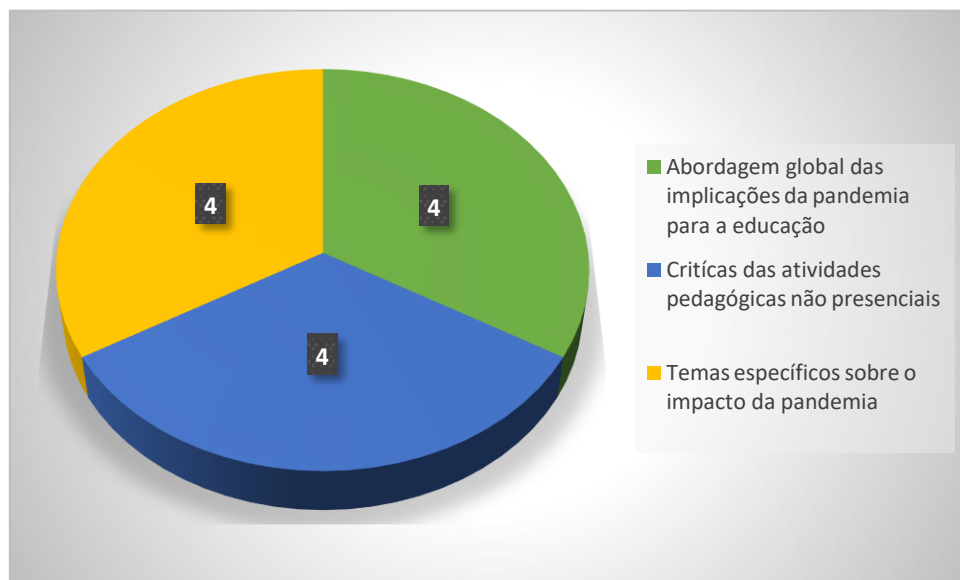
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 22 artigos encontrados foram agrupados em duas grandes categorias, teóricos e empíricos e seis subcategorias, sendo três em cada uma delas, conforme se apresenta a seguir.

5.1 Estudos teóricos sobre o impacto da pandemia na educação

Os 12 artigos teóricos encontrados foram classificados em três categorias: abordagem global das implicações da pandemia para a educação, críticas das atividades pedagógicas não presenciais e temas específicos sobre o impacto da pandemia, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Figura 2 – Subcategorias de estudos teóricos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No quadro a seguir, apresenta-se as referências dos artigos incluídos em cada subcategoria:

Quadro 1- Estudos teóricos encontrados sobre o impacto da pandemia na educação.

(Continua)

Subcategorias	Nº de artigos	Referências
5.1.1 Abordagem global das implicações da pandemia para a educação.	04	<p>NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Covid-19 e o fim da educação 1870 - 1920 - 1970 - 2020. História da Educação, Porto Alegre, v. 25, p. 1-19, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/110616. Disponível em: https://www.scielo.br/j/heduc/a/KNh6dGg9qLCjMknGPffLz4j/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 29-41, dez. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>VEIGA-NETO, A. Mais uma lição: sindemia covídica e educação. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-20, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109337. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/FtpkV5RY3Q64nvBdvxbSXwg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>LAGUNA, T. F. S. <i>et al.</i> Remote education: parents' challenges in teaching during the pandemic. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 21, n. 2, p. 393-401, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1806-9304202100s200004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PGF37qhRQP9HYFH5TSv89zR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p>

Quadro 1- Estudos teóricos encontrados sobre o impacto da pandemia na educação.

(Continua)

<p>5.1.2 Críticas às atividades pedagógicas não presenciais</p>	<p>04</p>	<p>DIOGO, M. F.; ASSIS, N. Atividades pedagógicas não presenciais em tempo de pandemia: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. Psicologia Política, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 491-508, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a14.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.</p> <p>MOSSMANN, S. S.; DAGA, A. C.; GOULART, A. J. Uma leitura crítica do processo didático-pedagógico encaminhado durante a pandemia da Covid-19 na rede pública estadual de ensino em Santa Catarina. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 1037-1069, dez. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398202117868. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbla/a/6DKCS7yzCsSKj5h8smC9VZM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2022.</p> <p>BRITO, E. P. P. E. (In)subordinações curriculares: desacelerem o mundo que eu quero descer. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, p. 1-15, mai. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/es.242698. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/7Mmcw6pFrDjZXQnBjk8XqVx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2022.</p> <p>MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, ago. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s2178-149420210203. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2022.</p>
---	-----------	--

Quadro 1- Estudos teóricos encontrados sobre o impacto da pandemia na educação.

(Conclusão)

<p>5.1.3 Temas específicos sobre o impacto da pandemia</p>	<p>04</p>	<p>ESCOLA, J. J. J. Comunicação Educativa: perspectivas e desafios com a covid-19. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109345. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/RrBrB6hsHxQv6hzfkdhg4Qz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022</p> <p>CAMIZÃO, A. C.; CONDE, P. S.; VICTOR, S. L. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, p. 1-17, abr. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202147245165. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/ftkkwwZtMh4VgHy mv5G5WHD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 maio 2022.</p> <p>ASSIS, A. E. S. Q. Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-10, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-469825112. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/ymhskLWxTXmGyvtyVLWwVwz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, set. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362020002802885. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGVlvmGSXhBTL5F6zfwz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p>
--	-----------	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A seguir apresentam-se as sínteses das subcategorias.

5.1.1 Abordagem global das implicações da pandemia para a educação

Foram encontrados quatro estudos sobre a abordagem global das implicações da pandemia para a educação (NÓVOA; ALVIM, 2021; GATTI, 2020; VEIGA NETO, 2020; e LAGUNA *et al.* 2021).

Nóvoa e Alvim (2021), em um ensaio teórico, buscaram refletir o quanto o acontecimento da Pandemia poderia ser um pretexto para se pensar no fim da Educação, não de forma geral, mas naquilo que referem como “modelo escolar”, propondo uma superação em direção a outros modelos. Os autores partem da consideração de três outros marcos teóricos, coincidentemente, separados por um intervalo de 50 anos: 1870, época de consolidação do modelo escolar; 1920, publicação do manifesto sobre a Educação Nova; e 1970, ano de publicação das obras *A Reprodução e Sociedade sem Escolas*. O primeiro marco histórico da consolidação do modelo escolar deixou como legado, um modo de escolarização com quatro características fundamentais: 1ª) a educação tem lugar em edifícios exclusivos, localizados fora da sociedade; 2ª) a sala de aula é o lugar privilegiado de ocorrência de todas as atividades escolares; 3ª) há sempre p programa de ensino, no qual os objetivos são bem definidos e uma “grade curricular” organizadora das disciplinas para orientar o trabalho de professores e alunos; 4ª) os professores atuam individualmente ministrando aulas em grupo. Fica evidente no texto o fato de que a COVID-19 trouxe um questionamento do modelo escolar. O segundo marco, 1920, corresponde à publicação livro-manifesto *A Escola Nova* de John Dewey, que adquire importância por desenvolver uma crítica ao modelo escolar, ao mesmo tempo em que este se consolidava. O terceiro marco, 1970, se refere à publicação de “A Reprodução” por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron e “Sociedade sem escolas”, de Ivan Illich. Os autores consideram que as duas obras realizam um questionamento agudo do modelo escolar. O quarto marco, 2020, o ano da Pandemia, trouxe mais um abalo a esse modelo, no entendimento dos autores. Após considerarem diversas inovações e propostas “futurísticas”, os autores resumiram três aspectos que pretenderam substituir os princípios do modelo escolar: 1º) um regresso da educação às esferas domésticas, familiares ou comunitárias; 2º) um esforço para tornar a aprendizagem mais pessoalizada; e 3º) um recurso sistemático às tecnologias. Concluindo, os autores afirmam que há 150 anos, passando pelos marcos citados, a educação não passava por um momento tão crucial, mais do que uma crise, ela se encontra numa encruzilhada, ou se transforma, assumindo configurações novas, ou a educação se privatiza, no sentido de seu fechamento em ambientes de proximidade, familiares ou comunitários, aproveitando de recursos cada vez mais sofisticados de personalização da aprendizagem; ou se constrói novos caminhos para a educação que admita a importância da família, mas sem fechar

a educação em “círculos de proximidade”, acompanhado do reconhecimento da importância das tecnologias, que não permita que a educação se submeta a elas, perdendo suas características de valorização das produções autônomas.

Gatti (2020) parte da consideração dos diversos aspectos da gestão educacional durante a Covid-19, considerando os seus vários níveis, destacando o isolamento social e os impactos deste na educação de crianças, adolescentes e jovens. Enfatiza a importância das condições de socialização e desenvolvimento, propiciadas pela presença dos adultos, com suas atitudes e ações nas situações de aprendizagem envolvendo crianças e jovens, destacada por diversas teorias do desenvolvimento humano e pela neuropsicologia, ressaltando a importância da escola para os alunos, que não é apenas um lugar para estudos, mas ainda um lugar para encontros, socialização, cultivo de amizades, confronto e definição de identidades. Diante do que se pode afirmar que o isolamento social imposto pelos protocolos de quarentena pode ser considerado como uma privação. Neste sentido recomenda a gestão participativa como modelo para a preparação tanto dos próprios gestores, como dos educadores e até dos funcionários no retorno as aulas e na recepção dos alunos. No enfrentamento desta difícil realidade, considera as possibilidades de vetores saudáveis, considera a necessidade de mudanças na educação, após a pandemia, e da melhoria da oferta educacional nas redes de ensino básico.

Veiga-Neto (2020), em sua análise do panorama geral da Pandemia de Covid-19 no Brasil, parte do negacionismo, do fundamentalismo político e religioso, do anticientificismo e do conspiracionismo que parecia consolidar durante a fase mais crítica, do início até próximo ao final de 2020, e que se expressavam por meio das *breaknews*, *goodnews*, *fakenews*, *cheatnews*, em quantidade crescente nas redes sociais. Para explicá-las, estabelece uma relação entre esses desdobramentos da Pandemia com as deficiências do ensino básico no Brasil. Seu argumento é de a ignorância e a resistência às orientações científicas na prevenção da pandemia e no seu controle é o resultado de uma escola marcada por desigualdades, exclusões, elitismos, facilitações e superficialidades. Esta escola, serve à preparação de segmentos da população para se tornarem submissas às classes políticas dirigentes, lideradas por fiéis adeptos do negacionismo, fundamentalismo político e religioso, anticientificismo e conspiracionismo. Como forma de contribuir para uma mudança dessa situação, o autor propõe alguns princípios que buscam orientar a formação dos alunos para a educação científica com ênfase nas dimensões gnosiológica e formativa. Por fim, o autor propõe a revisão da nomenclatura usada nos estudos sobre pandemias.

Laguna *et al.* (2021) realizaram uma revisão de literatura em três bases de dados BVS, Lilacs e Scielo, entre os meses de maio e julho de 2020, com o objetivo de compreender

o processo de ensino-aprendizagem em crianças que envolvessem pais e/ou cuidadores em educação em modo remoto, em diferentes contextos sociais, decorrente dos protocolos de quarentena assumidos devido à Covid-19. Em termos gerais, observaram que o Brasil, como outros países que apresentavam problemas no sistema educacional, teve a sua situação agravada. Na época, com base na literatura encontrada, os autores recomendavam que a escola deveria tentar amenizar o impacto do confinamento, buscando consolidar o que havia sido aprendido e interrompesse o ensino de novos conteúdos, a fim de eliminar a pressão sobre os pais e responsáveis que auxiliavam os estudantes naquele momento. Os autores identificaram deficiência de preparo desses cuidadores, com grande maioria não possuindo condições materiais e nem tempo disponível, devido a situação de trabalho remoto e enfatizavam também os efeitos, a nível psicológico, perceptíveis em todos os envolvidos, desse ensino remoto, que incluíam: estresse, medo, diminuição de rendimento e frustração. Em conclusão, os autores afirmavam que, para evitar o agravamento de sintomas em saúde mental, a estratégia de enfrentamento com foco no problema, poderia ser adequada e que incentivavam futuras reflexões esse tema na Psicologia.

5.1.2 Críticas às atividades pedagógicas não presenciais

A seguir discorrer-se-á sobre os trabalhos teóricos críticos da realização de atividades não-presenciais durante a Pandemia de Covid-19 em três classes: marxistas (DIOGO; ASSIS, 2021; MOSSMANN; DAGA; GOULART, 2021), pós-estruturalistas (BRITO, 2021) e de outras abordagens (MACEDO, 2021).

Na classe dos marxistas, foram encontrados dois artigos. O primeiro deles, Diogo e Assis (2021), inicia com uma refutação radical do uso dos termos ensino e aula associados à nomenclatura Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) proposta pelo Conselho Nacional de Educação. Em relação ao termo ensino, os autores recuperam que, de acordo com Teoria Histórico-Cultural, corresponde a uma atividade relacional, dialética e dialógica, que exige interações humanas, as quais, durante a quarentena da Pandemia de Covid-19, encontravam-se dificultadas ou até mesmo impedidas. Sobre a referência a aula, resgatam que, de acordo com o mesmo referencial teórico, é encontro pedagógico ocorre num tempo-espço relacional entre professores e estudantes. Em seu objetivo de questionar o recurso às atividades pedagógicas não presenciais, os autores iniciam com uma exposição da função de mediação que o adulto desempenha na relação entre o conhecimento a ser adquirido e a criança, destacam a importância central da escola e sua responsabilidade nos processos educativos, ao favorecer o pleno desenvolvimento do potencial humano decorrente do acesso aos bens culturais. Neste

sentido, defendem enfaticamente que as professoras são as responsáveis pela sistematização do ensino, que as famílias devem ser partícipes dos processos de ensino-aprendizagem, porém não se pode tornar a educação de seus filhos sua própria responsabilidade, até mesmo porque os pais não foram preparados para dominarem os conteúdos escolares e, diante destes, se sentem vulneráveis, não receberam formação para tanto. Em relação aos recursos, as atividades virtuais por meio de tecnologia digital, os autores citam uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, realizada entre 30 de abril e 10 de maio de 2020, que revelou que 49,3% acreditavam que somente parte dos alunos conseguia realizar as atividades pedagógicas propostas por estes meios e que somente 33,4% indicavam que a maioria dos estudantes realizavam as atividades não presenciais, ao mesmo tempo em que a comunicação e os afetos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem encontravam-se dificultadas ou obstruídas. Citam ainda publicações que enfatizam o quanto as APNP contribuem para o aprofundamento das desigualdades sociais e para a exacerbação dos problemas escolares, entre elas as dificuldades de acesso, de permanência e a evasão escolar. Além disto, aponta para o sofrimento provocado em pais e alunos pela adoção da APNP, devido às dificuldades inerentes a não fluência digital da grande maioria da população e a impossibilidade ou dificuldade de acesso digital de parcela significativa dela. Adicionam ainda as dificuldades de fluência digital por parte das professoras. Em conclusão, os autores afirmam que suas intenções não eram desqualificar de modo geral as APNP's e nem mesmo desmerecer os esforços imensos das professoras no sentido de propiciarem aos alunos algum tipo de aprendizagem nas condições tão adversas da quarentena em que estavam. Para além disso, pretendiam antecipar a uma possível naturalização das APNP's como uma nova modalidade de ensino, particularmente, quando se assiste a um desmonte das políticas públicas de educação por parte do governo federal.

Ainda numa perspectiva histórico-cultural, Mossmann, Daga e Goulart (2021) realizaram uma análise das orientações didático-pedagógicas que a Secretaria de Educação do estado (SED) encaminhou aos docentes durante a pandemia da Covid-19, no ano de 2020, com o objetivo de contextualizar o processo de implementação dessas atividades remotas e de buscar compreender o modo que influenciam e conflituam com um projeto de educação e de sociedade pautado numa visão crítica e democrática. Entre as conclusões dos autores está a preocupação de que tenham ocorrido mudanças qualitativas no processo de ensino-aprendizagem, devido a falta do diálogo simultâneo, típico da situação presencial, da mediação face a face, como também da ausência de leitura das reações, das interferências e dos acréscimos produzidos entre os atores sociais. Além disso, apontaram para um esvaziamento de sentido da dinâmica educacional, tanto em relação ao papel do professor quanto das relações de ensino e de

aprendizagem, em conflito com uma educação e uma sociedade que tenha como projeto serem críticas e democráticas.

Brito (2021), assumindo como referencial teórico a Filosofia da Diferença, de Foucault, Deleuze, Guattari, Pélbart, Lazzarato, Negri e outros, apresenta, inicialmente, uma análise da escola moderna, caracterizada como dispositivo disciplinar, tal como proposto por Foucault, mas que já estaria se modificando em dispositivo de controle, segundo Deleuze. Para ilustrar as características destes dispositivos, a autora cita frases de levantamentos realizados na mídia, durante a Pandemia, com professores (as) sobre as condições nas quais exerciam suas atividades. Procura mostrar, sobretudo, os redimensionamentos das noções de espaço e de tempo decorrentes da adoção das atividades não presenciais ou do ensino remoto. Para apontar de forma enfática o quanto, apesar destes redimensionamentos, o sistema de ensino continua a exigir dos (as) professores (as) a manutenção de um mesmo currículo, previsto para o espaço e o tempo do ensino presencial, anterior à Pandemia. A consequência inevitável foi o sofrimento físico e psicológico dos (as) professores (as), aliados às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Em conclusão, a autora faz apelos no sentido de que se deveria aproveitar a vivência das atividades não presenciais para se reinventar também o currículo, modificando as concepções espaciais e temporais que ele pressupõe, na busca de um novo modo de convívio, de ensino e de aprendizagem na volta às aulas presenciais.

Macedo (2021), sem explicitar o referencial teórico que fundamenta sua crítica, considera o quanto a adoção de atividades não presenciais, em lugar de oportunizar uma democratização da educação, levou a um aprofundamento das desigualdades, apontando as diferenças de acesso digital entre as camadas ricas e pobres da população. A tese fundamental é de que, a despeito dos princípios de que a educação deve ser um direito de todos e, portanto, exercida de forma democrática, de haver mostrado avanços recentes na democratização de suas instituições, o sistema de ensino no Brasil ainda é marcado por critérios de raça, gênero e classe entre os estudantes, assim como por diferenças regionais. Tais desigualdades se tornaram ainda mais acentuadas com a eclosão da Pandemia de Covid-19. Após os dados sobre a pesquisa TIC Domicílios, apresentados anteriormente, a propósito dos quais, a autora refere ao chamado letramento digital, ou seja, domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias, que acentuam ainda mais a desigualdade, destacando entre os fatores que as condicionam, escolaridade, capital cultural, idade, tipo de inserção profissional, dentre outros. Afirma-se que durante a pandemia da Covid-19, mais do que em qualquer outra época, no Brasil, a educação se tornou um privilégio, milhares de estudantes perderam a garantia de seu direito à educação.

Na segunda parte do artigo, a autora coloca sob análise as estratégias e procedimentos adotados pela Escola de Aplicação da USP durante a pandemia. Ao tirar conclusões desta análise, enfatiza que o ensino presencial, que adotava, naquela instituição, o fundamento em experiências variadas de aprendizagem, socialização, debates críticos e consciência corporal, ao se tornar ensino remoto emergencial se tornou apenas paliativo, muito distante do cotidiano escolar pré-pandemia. A autora faz, então, o relato das iniciativas e lutas da instituição para conseguir superar a desigualdade entre os alunos, buscando nas instâncias superiores, em doações pessoais e empresariais, os recursos para isso. No entanto, mesmo superada tal desigualdade, provendo equipamento, ensinando o uso dos equipamentos digitais, restaram ainda disponibilidade de tempo, saúde e interesse dos familiares para acompanhar as atividades de ensino remoto, constituindo o elemento central para um bom aproveitamento, que por sua vez produzia novas desigualdades. A autora lembra ainda que, entre os obstáculos para o andamento da educação formal durante a pandemia, situam-se o interesse dos estudantes em relação aos estudos nas novas configurações de aprendizagem a eles colocadas, a solidão nesse processo e a saudade dos colegas.

5.1.3 Temas específicos relativos aos impactos da pandemia

Nesta subcategoria foram incluídos quatro artigos de trabalhos teóricos (ESCOLA, 2020; CAMIZÃO; CONDE; VICTOR, 2021; ASSIS, 2021; OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020), que serão apresentados separadamente, por abordarem temas específicos.

Escola (2020) aborda a questão da Comunicação Educativa, partindo de quatro axiomas, o primeiro deles estabelece que não há educação sem comunicação; o segundo discute a relação entre educação e existência, afirmando que a educação tem a mesma extensão que a existência; o terceiro estabelece que a comunicação objetiva, formativa e instrutiva só pode ocorrer numa relação eu-tu ou dialógica, uma comunicação intersubjetiva, na qual a pessoa do professor entra em contato com a pessoa do aluno; o quarto afirma que os meios e recursos de ensino, especialmente os recursos digitais, devem ser integrados, criteriosamente, tornando-se facilitadores da construção conjunta do conhecimento por professores e alunos. Tomando como exemplo a situação da Pandemia em Portugal, após analisar alguns estudos, em geral, entrevistas online, sobre a situação enfrentada pelos professores, pode concluir que, apesar das dificuldades iniciais, decorrente da falta de preparo para lidar com os recursos digitais, conseguiram em muito pouco tempo adaptar-se e assegurar níveis mínimos de escolarização aos alunos. No entanto, a grande maioria dos entrevistados reafirma a necessidade do retorno

às aulas presenciais. Para o autor, a Pandemia pode evidenciar a importância e mesmo a necessidade indispensável da comunicação intersubjetiva na Educação.

Camizão, Conde e Victor (2021) desenvolveram um estudo documental, baseado na perspectiva histórico-crítica, dos registros da Secretaria de Educação de dois municípios do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de verificar se estavam contempladas garantias para a Educação Especial, durante a Pandemia de Covid-19. Um primeiro aspecto identificado pelos autores refere-se a que as administrações públicas municipais se aproveitaram da pandemia para estender o processo de admissão de novos professores de educação especial efetivos, resultando na contratação de temporários ou de extensão de jornada de trabalho dos já contratados. Como a ação pedagógica do professor de educação especial requer um acompanhamento diferenciado do aluno, a identificação de suas necessidades à distância tornou-se quase impossível. Puderam constatar ainda que o trabalho remoto, nos municípios cujos registros foram analisados, se efetivou de forma burocrática, distante de contemplar os objetivos propostos para a atuação na área, tendo sido possível constatar que a educação especial era considerada como uma condição secundária na implementação do ensino remoto, durante a Pandemia. A partir destas evidências, os autores puderam concluir que em relação apenas ao estabelecimento de algum tipo de vínculo com os alunos, os objetivos foram alcançados, no entanto, se for considerado o comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, as metas educacionais se mostravam longe de serem atingidas.

Assis (2021) teve como objetivo problematizar discursos que eram proferidos por professores e estudantes de universidades públicas em *lives*, conteúdo do *Youtube* e demais espaços da internet, veiculados durante a Pandemia de Covid-19, que eram compartilhados com profissionais e clientes de toda educação pública em geral. Utilizando da argumentação conceitual, a autora focaliza três categorias discursivas: necessidade, tranquilidade e facilidade. A categoria “necessidade” aparece tanto em discursos individualistas, do tipo: “preciso me formar”, “todo mundo está fazendo”, “eu posso fazer”, quanto coletivistas: “é importante manter o contato com as pessoas nesse momento”; “importante fazer o necessário”; “importante fazer o que for possível”; “somos funcionários públicos, é nossa obrigação”. Já os discursos dos quais surgem a categoria de “tranquilidade” pressupõem familiaridade com as ferramentas, com o formato, com a existência de tempos e espaços previamente acordados: “é intuitivo”; “é só usar”; “fazemos treinamento remoto das ferramentas”; “sempre existiu a plataforma, todos deveriam usar e saber usar”. E, por último, a categoria da “facilidade” se refere à generalização sem conhecimento de causa, comum em frases, como, por exemplo: “mas todo mundo tem um celular hoje em dia”. Todas as categorias construídas se relacionam entre si, podendo até mesmo

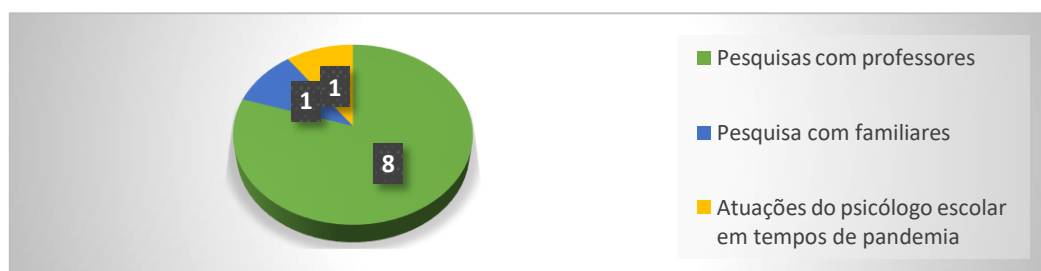
se misturarem. Mas, a categoria “facilidade” foi considerada a mais perigosa, por demonstrar um desconhecimento total do contexto educacional e social brasileiro, por aqueles que representam a elite intelectual do país, os doutores. Em conclusão, afirma que de qualquer ângulo que se considere, todas as falas eram, em essência, excludentes.

Oliveira, Gomes e Barcellos (2020) realizaram um levantamento da literatura científica em busca de evidências que lhes pudessem fundamentar decisões sobre a volta às aulas, após a Pandemia de Covid-19. A literatura indicou, inicialmente, que a ampliação da jornada, em condições normais, não constitui um recurso positivo em casos de interrupção de aulas, principalmente se for levado em conta os custos desta ampliação, os resultados positivos são modestos e dependentes de outros fatores, como currículo bem estruturado. Também não foi encontrado suporte nas evidências científicas de que o recurso às tecnologias digitais, mesmo as mais sofisticadas, garantam uma recuperação do que foi deixado de aprender durante o período de suspensão das aulas presenciais. Além disso, as evidências mostram que não é a disponibilidade e a qualidade das tecnologias digitais que fazem diferença na aprendizagem, mas sim o modo como ela é inserida no contexto escolar. As evidências apontam como mais recomendável, para a retomada dos programas de Ensino, em primeiro lugar, um diagnóstico, para se poder aferir o nível do prejuízo devido à interrupção. A partir deste diagnóstico, o recurso ao ensino estruturado, ao uso de métodos adequados de alfabetização, ao uso estratégico dos deveres de casa e de programas de leituras são as estratégias que encontram melhor suporte nas evidências científicas. Aliadas a estas, são promissoras também o uso melhor do tempo, concomitante a uma redução do absenteísmo e programas intensivos de tutoria em pequenos grupos para os alunos com mais dificuldades.

5.2 Estudos empíricos sobre o impacto da pandemia na educação

Os 10 artigos de pesquisa encontrados foram classificados em três subcategorias: pesquisas com professores, pesquisas com familiares e pesquisas sobre atuação do psicólogo escolar em tempo de pandemia, conforme quantidades representadas no gráfico abaixo:

Figura 3 - Subcategorias de estudos empíricos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No quadro a seguir, apresentam-se as referências dos artigos incluídos em cada categoria:

Quadro 2- Estudos empíricos encontrados sobre o impacto da pandemia na educação.

(Continua)

Subcategorias	Nº de artigos	Referências
5.2.1 Pesquisas com professores	08	<p>CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, A. C. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-24, jun. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105199. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsyF3ZKpyM9N/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2022.</p> <p>ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, p. 1-20, nov. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.23968. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDsSZGLL9kt4b8YMB8wRN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2022.</p> <p>DENARDI, D.; MARCOS, R. A.; STANKOSKI, C. R. Impactos da pandemia covid-19 nas aulas de inglês. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 113-143, 8 set. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e80733. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ides/a/BLVRJXv4FYJ6F5z66RXkHbg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2022.</p> <p>LIMA, C. A. <i>et al.</i> Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-14, jan. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00329. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/4dWvLDTzfmqNGTL6RcGTZxR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2022.</p>

		<p>SILVA, R. R. V. <i>et al.</i> Pandemia da covid-19: insatisfação com o trabalho entre professores(as) do estado de minas gerais, brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Montes Claros, v. 26, n. 12, p. 6117-6128, dez. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212612.10622021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/XvX8nR5YN6xtJfgBgc5Whxf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2022.</p> <p>TROITINHO, M. C. R. <i>et al.</i> Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-20, jan. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00331. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/W93PH7nPTTMtYpDDC3bZXTR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>PINHO, P. S. <i>et al.</i> Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-21, jan. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, A. P. F. de <i>et al.</i> Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-8, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0250. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/qHGnGXjh8j8Nm7NRXhP9v7R/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p>
--	--	--

Quadro 2- Estudos empíricos encontrados sobre o impacto da pandemia na educação.

(Conclusão)

5.2.2 Pesquisa com familiares	01	<p>ARAUJO, D. C. G. <i>et al.</i> Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar? Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-12, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902022200877. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BJqstQXdt5MSRCvQQRpPW7L/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p>
5.2.3 Atuações do psicólogo escolar em tempos de pandemia	01	<p>FIAES, C. S. <i>et al.</i> Psicologia escolar na pandemia por covid-19: explorando possibilidades. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 25, p. 1-4, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392021247675. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/VgLNkXkzwXSJH HxhntpdjvB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A seguir apresentam-se as sínteses sobre os trabalhos empíricos encontrados.

5.2.1 Pesquisas com professores

Nesta subcategoria, foram encontradas oito pesquisas com professores, que para facilidade de apresentação a seguir, foram divididas em três partes, segundo o foco de investigação: aspectos pedagógicos, aspectos profissionais e aspectos psicológicos.

5.2.1.1 Pesquisas com professores focadas nos aspectos pedagógicos

Cipriani, Moreira e Carius (2021) buscaram dar voz aos professores de Educação Básica atuantes durante a Pandemia, investigando seus pensamentos, sentimentos, desafios e perspectivas. Foi utilizado um Questionário *Online* (*Google Forms*), enviado por *WhatsApp* ou *Messenger*, respondido por 209 professores de Educação Infantil ao Ensino Médio, da cidade de Juiz de Fora, MG. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Entre os resultados da pesquisa foi verificado que as instituições da rede privada se anteciparam às da rede pública no oferecimento de alguma forma de ensino remoto, acentuando ainda mais as desigualdades educacionais na cidade. Os professores também revelaram receios em relação

à maneira como o processo educacional foi configurado. Em suas respostas, os professores demonstraram estado de ansiedade, preocupação e angústia, como resultado da sobrecarga de trabalho vivenciado, o que, para os autores, realça a importância da provisão de suporte voltado ao bem-estar psicológico dos docentes. Também declararam dificuldades na adoção dos novos meios, recursos e metodologia, indicativos da necessidade de formação continuada e maior suporte na aquisição e no uso das tecnologias da informação e comunicação. Foi ainda apontada a limitação da interação entre professores e alunos, considerada um fator preponderante, pela ausência de importantes feedbacks necessários no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a presença física no contexto escolar foi considerada como essencial e indispensável para a Educação Básica. Por isso, as instituições escolares, no retorno às aulas presenciais, deverão avaliar os impactos causados no currículo pela falta da presença física e seus desdobramentos.

Almeida e Dalben (2020) realizaram um estudo de caso instrumental em uma escola pública do estado do Paraná, no início do enfrentamento dos desafios impostos pela Pandemia de Covid-19. A escola estudada atendia mais de 1.500 alunos, em turmas de Ensino Fundamental e Médio e três cursos profissionalizantes. Possuía aproximadamente 100 professores, oito pedagogos, um diretor, dois diretores auxiliares e pouco menos de 40 agentes educacionais. A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e maio de 2020, utilizando documentos oficiais e de trabalho, registros de campo, observação e gravação de reuniões de planejamento e de grupos virtuais, além da aplicação de dois questionários, um com os docentes e outro com os gestores, todos posteriormente submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2016). Da análise dos resultados obtidos foi possível concluir, de um lado pela potencialidade de reinvenção da escola, devida principalmente aos processos participativos por meio dos quais se deram os enfrentamentos. No entanto, foram evidenciadas as limitações devidas às situações de vida dos envolvidos, decorrentes das históricas deficiências dos sistemas educacional e social brasileiros, caracterizado por desigualdades não apenas no acesso aos instrumentos digitais como também em seu domínio, falta de ambiente propício nas residências dos alunos das classes socioeconomicamente desfavorecidas, deficiência na formação continuada dos profissionais da educação em relação ao uso de tecnologia de informação e comunicação, que levaram a instituição a trabalhar no limiar da impossibilidade de cumprir suas metas. Além destes aspectos pedagógicos, foi possível também colher depoimentos importantes que atestavam o sofrimento, a angústia e as ansiedades decorrentes da sobrecarga de trabalho dos profissionais.

Denardi, Marcos e Stankoski (2021) investigaram os impactos do uso de recursos digitais nas aulas de língua inglesa no primeiro semestre de 2020 e as reações dos professores

de língua inglesa à situação de ensino remoto imposto pela Pandemia de Covid-19. Estruturaram e disponibilizaram na internet um questionário no aplicativo *Google Forms*, com onze questões objetivas e discursivas. Vinte quatro professores de inglês da região sudoeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina responderam o questionário. As respostas ao questionário, principalmente das questões discursivas foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Os resultados obtidos mostraram, inicialmente, que os recursos que buscavam tornar as aulas mais atraentes; durante a pandemia, se tornaram ferramenta comum da apresentação de conteúdos, explicações e feedbacks e avaliações. Foi constatado ainda que o primeiro semestre de 2020, pode ser caracterizado por muitas incertezas, apreensões e aprendizagem para os professores que responderam ao questionário, devidas à necessidade de romperem abruptamente com o ensino presencial e adotarem o formato remoto emergencial, utilizando recursos tecnológicos digitais que impactaram positiva e negativamente no ensino e na aprendizagem. Os professores foram forçados a realizarem mudanças em suas aulas de forma a adaptá-las ao ensino remoto. Foi ainda possível verificar uma diferença muito grande entre os dois primeiros grupos, professores de institutos particulares de ensino de inglês e professores de inglês de escolas particulares, e o terceiro grupo dos professores de escolas públicas, com destaque para a maior facilidade de adequação ao ensino remoto por parte dos dois primeiros, enquanto no terceiro ocorreu um predomínio de dificuldades, sobrecarga de trabalho, angústias e ansiedades.

5.2.1.2 Pesquisas com professores focadas nos aspectos profissionais

Lima *et al.* (2021), com o objetivo de investigar a alteração na renda dos professores do estado de Minas Gerais durante a pandemia de Covid-19, realizaram um inquérito epidemiológico transversal, do tipo *websurveys*, com 15.641 professores da educação básica estadual, dos quais 40,9% relataram redução na renda familiar, sendo a redução mais elevada entre os professores dos polos regionais centro (43,3%) e do triângulo mineiro (44,4%), bem como entre os docentes que atuavam em escolas da zona urbana (41,1%). A redução da renda familiar foi maior entre professores mais jovens, entre aqueles viviam com companheiro (a), os que estavam na carreira inicial do magistério, aqueles com vínculo empregatício precário e ainda os de menor carga horária semanal no trabalho docente. Além desses aspectos profissionais, entre diversos outros dados, foi verificado, quanto à saúde mental do trabalhador, relatos de aumentos expressivos durante a pandemia de episódios de tristeza, ansiedade e dificuldades no sono, indicando a não ocorrência de promoção da saúde dos trabalhadores de educação.

Silva *et al.* (2021) constitui parte do mesmo projeto geral de pesquisa que incluiu o artigo anterior, portanto, um inquérito epidemiológico transversal, do tipo *websurveys*, com 15.641 professores da educação básica do estado de Minas Gerais, com o objetivo verificar a prevalência e fatores associados a insatisfação com o trabalho docente durante a pandemia da COVID-19. Aproximadamente 80% dos (as) professores (as) declararam que não estavam satisfeitos (as) com o trabalho docente durante a pandemia. Os autores concluem como efeitos da pandemia da COVID-19 impactos diretos na rotina do trabalho do (a) professor (a), que lhes provocaram prejuízos e contribuíram para a insatisfação com o trabalho neste período.

5.2.1.3 Pesquisas com professores focadas nos aspectos psicológicos

Troitinho *et al.* (2021) investigaram o impacto da adoção de estratégias de trabalho pedagógico remoto sobre o estresse e ansiedade de professores com e sem experiência na estratégia, também identificaram o que referem como “repertório de significado êmico”, atribuído a esta natureza de isolamento. A pesquisa se desenvolveu em duas etapas, a primeira recorreu a instrumentos padronizados de afeto positivo e negativo, ansiedade traço-estado e estresse percebido, todos aplicados em formato *online*. A segunda, referente a investigação dos significados êmicos, consistiu na resposta a uma pergunta que questionava sobre as dificuldades no trabalho remoto durante a pandemia. Os dados quantitativos da etapa 1 foram analisados estatisticamente e os da etapa 2 submetidos a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na Etapa 1, foram 280 professores de Educação Básica, enquanto na Etapa 2, foram 50 dentre aqueles que haviam participado da etapa anterior. Os resultados revelaram que a ansiedade-estado, o afeto negativo e o estresse percebido foram os efeitos mais produzidos pelo trabalho remoto emergencial. Também observaram que as mulheres apresentaram mais respostas do que os homens, o que podia ser atribuído à quantidade de trabalho doméstico realizada pela professora. Na Etapa 2, os participantes se referiram principalmente às dimensões laborais negativas e dimensões afetivas do trabalho remoto, numa frequência menor às dimensões laborais positivas, à aprendizagem e a questões político-econômicas. Os autores concluem que o efeito do trabalho remoto emergencial foi um aumento do estresse docente, devido à precarização do trabalho docente e à necessidade de implementação de políticas que diminuam esses impactos.

Pinho *et al.* (2021) buscaram descrever as características do trabalho remoto e a situação de saúde docente, com foco na saúde mental e qualidade do sono, em professores da rede particular de ensino da Bahia, incluindo todos os níveis educacionais, durante a pandemia de Covid-19. Utilizaram formulário estruturado *on-line* do *Google Forms*, respondido por 1.444 docentes. Na amostra, predominaram mulheres (76,1%), 21-41 anos (61,6%), negras (71,9%),

dez anos ou mais na profissão (56,9%). Os professores relataram que, durante a pandemia, 51,4% tiveram alterações no contrato de trabalho e 76,8%, aumento da jornada laboral. O ambiente domiciliar e equipamentos tinham baixo nível de adequação ao trabalho remoto: espaço físico (19,6%), mobiliário (21,7%), nível de ruído (17,2%), computadores (44,5%) e internet banda larga (36,7%). Entre as mulheres, 42,3% relataram sobrecarga doméstica alta; entre os homens, 17,4%. As mulheres apresentaram situação de saúde preocupante, destacando-se crises de ansiedade (53,7%), mau humor (78,0%), transtornos mentais comuns (69,0%) e qualidade do sono ruim (84,6%).

Oliveira *et al.* (2022) buscaram compreender as percepções de profissionais da educação sobre as violências contra crianças e adolescentes em contexto de pandemia pela Covid-19. Os participantes do estudo foram sete professores das áreas de matemática, geografia, letras, química, história e educação física. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Após análise, os resultados revelaram dois temas finais “Violência e pandemia” e “(Não) percepção de possibilidades de atuação”. A violência contra crianças e adolescentes foi referida pelos participantes como fenômeno multidimensional. Com a pandemia, pelas especificidades de maior ocorrência nas famílias, as alterações da vida cotidiana impostas, em especial, pelo afastamento escolar, foram relatadas como podendo implicar no aumento de casos e maior dificuldade para identificação de violências contra essa população. Foram ainda reforçados os impactos à saúde mental de crianças e adolescentes nesse período.

5.2.2 Pesquisa com familiares

Só foi possível encontrar um artigo (ARAUJO *et al.*, 2022), que relata um estudo qualitativo cujo objetivo era descrever as experiências das mães e identificar quais os principais desafios em relação ao acompanhamento das atividades escolares de seus filhos durante as aulas não presenciais. Para coletar os dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas via ligação telefônica, gravadas e depois submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Participaram do estudo 15 mulheres de 25 a 50 anos de idade, cuja escolaridade variava entre ensino fundamental incompleto a ensino superior completo e possuíam de um a sete filhos, casadas ou em união estável, sete trabalhavam e as demais estavam desempregadas. Os resultados indicaram situações como a falta de recursos tecnológicos, como também despreparo das mães em lidar com o conteúdo das matérias, fatores impeditivos do desenvolvimento satisfatório das propostas educativas. Ficou evidente, no relato das mães, a persistência da lógica da divisão de gênero do trabalho, com o aumento da sobrecarga para as mulheres. Numa direção oposta, a

insatisfação com essa realidade e com a percepção do excesso de trabalho, resultando em muita fadiga e ansiedade, para algumas participantes ocorreu a percepção de uma oportunidade de aproximação dos filhos e de um conhecimento melhor do processo de aprendizagem deles.

5.2.3 Atuações do psicólogo escolar em tempos de pandemia

Fiaes *et al.* (2021) relatam uma experiência de estágio de Psicologia Escolar realizada durante o ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19, em uma escola pública do interior do estado da Bahia. As atividades das estagiárias incluíram construção e distribuição de materiais informativos virtuais, projeto de cartas terapêuticas, divulgação de informação em plataformas digitais, além de acolhimento online de casos específicos. Foi observado que o uso das tecnologias de informação e comunicação se mostrou uma estratégia potencial de ação junto ao público adolescente, no entanto evidenciou as dificuldades e desigualdades no acesso à educação de modo remoto entre os alunos de escolas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente pesquisa consistiu em compreender como a literatura científica no Brasil abordou o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, durante o período de quarentena e após a retomada das aulas presenciais. Os objetivos específicos eram investigar, a partir dos trabalhos encontrados, por quais meios era realizado o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19; se ocorreram dificuldades de aprendizagem, durante a quarentena; compreender os aspectos psicossociais relacionados ao distanciamento do espaço escolar; e buscar possíveis estudos que pudessem orientar a volta ao ensino presencial, ao final da quarentena. A seguir considera-se o quanto foi possível alcançar tais objetivos.

Tal como descrito na seção de Metodologia, seguindo todas as etapas previstas, foram encontrados 22 artigos, que foram, então, organizados em teóricos (12 trabalhos que apresentavam considerações teóricas ou revisão bibliográfica) e empíricos (10 que apresentavam relatos de pesquisa científica). Numa primeira aproximação, em respostas ao objetivo geral, compreender como a literatura científica abordou o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, já é possível observar que estudos teóricos e empíricos aparecem quase com uma mesma frequência, diferença de apenas dois. Pode-se inferir que, como se trata de um evento muito recente, os relatos de pesquisas que demandam um tempo maior para serem realizados e descritos, aparecem em número menor, mas que provavelmente com o decorrer do tempo, eles tenderão a superar os teóricos.

Os doze **estudos teóricos** foram agrupados em três categorias: abordagem geral das implicações da pandemia para a educação, críticas das atividades pedagógicas não presenciais e temas específicos sobre o impacto da pandemia na educação. Na primeira categoria, abordagem geral das implicações, foram incluídos quatro estudos, três de considerações teóricas e um de revisão da literatura, sendo que o primeiro (NÓVOA; ALVIM, 2021) deles buscou apontar para a iminência de uma reformulação geral da educação provocada pela situação imposta pela pandemia; enquanto os outros dois (GATTI, 2020; VEIGA NETO, 2020) defendiam que a educação terá que passar por uma modificação muito acentuada, mas no sentido de atender as demandas que já existiam antes, buscando melhorar a sua eficiência, combater a desigualdade de atendimento aos alunos provenientes de camadas populares e outras mudanças; o quarto estudo (LAGUNA *et al.*, 2021), após uma revisão da literatura sobre o ensino remoto, apontou para a carência no preparo dos pais e cuidadores que assistiam aos alunos, com a grande maioria não possuindo condições materiais e nem tempo disponível. De modo geral, se enfatizava, nos quatro trabalhos, uma insuficiência da educação, tal como ela existia antes da pandemia em atender às demandas dos alunos durante a quarentena. Desse

modo, o levantamento parece sugerir que nosso país não se mostrava preparado para enfrentar a situação imposta pela pandemia de Covid-19.

Na segunda categoria, dos estudos críticos das atividades não presenciais, foram incluídos também quatro artigos, dois com críticas marxistas, um com crítica pós-estruturalistas e um com crítica a partir de outra abordagem. O primeiro (DIOGO; ASSIS, 2021) concluem que, embora não tenham intenções de desqualificar de modo geral as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) e nem mesmo desmerecer os esforços imensos de professores no sentido de propiciarem aos alunos algum tipo de aprendizagem nas condições tão adversas da quarentena em que estavam, pretendiam antecipar a uma possível naturalização das APNP's como uma nova modalidade de ensino, particularmente, quando se assiste a um desmonte das políticas públicas de educação por parte do governo federal. No segundo artigo (MOSSMANN; DAGA; GOULART, 2021), apresentam a preocupação de que a mediação face a face, a leitura das reações, as interferências e os acréscimos produzidos entre os atores sociais tenham sofrido mudança qualitativa com a ausência do diálogo simultâneo típico da modalidade presencial. Além disso, apontaram uma dinâmica pautada no esvaziamento dos sentidos da educação, tanto em relação ao papel do professor quanto das relações de ensino e de aprendizagem, em conflito com o projeto de educação e de sociedade crítica e democrática. O terceiro artigo (BRITO, 2021) faz apelos no sentido de que se deveria aproveitar a vivência das atividades não presenciais para se reinventar também o currículo, modificando as concepções espaciais e temporais que ele pressupõe, na busca de um novo modo de convívio, de ensino e de aprendizagem na volta às aulas presenciais. No quarto artigo (MACEDO, 2021), são apresentados relatos das iniciativas e lutas da instituição para conseguir superar a desigualdade entre os alunos no acesso aos equipamentos de informática, buscando nas instâncias superiores, em doações pessoais e empresariais, os recursos para isso. No entanto, mesmo superada tal desigualdade, provendo equipamento, ensinando o uso dos equipamentos digitais, restaram ainda indisponibilidade de tempo, problemas de saúde e desinteresse dos familiares para acompanharem as atividades de ensino remoto, constituindo o elemento central para um bom aproveitamento, que por sua vez produzia novas desigualdades. Os quatro artigos apresentam, portanto, um questionamento severo da capacidade do sistema educacional brasileiro de conseguir oferecer o mínimo necessário à aprendizagem no contexto das atividades pedagógicas não presenciais.

A terceira categoria, aspectos específicos do impacto da pandemia, inclui também quatro artigos (ESCOLA, 2020; CAMIZÃO; CONDE; VICTOR, 2021; ASSIS, 2021; OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020). O primeiro deles (ESCOLA, 2020) pode concluir

que, apesar das dificuldades iniciais, decorrente da falta de preparo para lidar com os recursos digitais, relatos iniciais provenientes de entrevistas online revelavam que conseguiram em muito pouco tempo adaptar-se e assegurar níveis mínimos de escolarização aos alunos. No entanto, a grande maioria dos entrevistados reafirma a necessidade do retorno às aulas presenciais. Para o autor, a Pandemia pode evidenciar a importância e mesmo a necessidade indispensável da comunicação intersubjetiva na Educação. No segundo artigo (CAMIZÃO; CONDE; VICTOR, 2021), os autores puderam concluir que, em relação apenas ao estabelecimento de algum tipo de vínculo com os alunos, os objetivos foram alcançados, no entanto, se for considerado o comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, as metas educacionais se mostravam longe de serem atingidas. O terceiro artigo (ASSIS, 2021), ao problematizar discursos que eram proferidos por professores e estudantes de universidades públicas em *lives*, conteúdo do *Youtube* e demais espaços da internet, veiculados durante a quarentena de Covid-19, que eram compartilhados com profissionais e clientes de toda educação pública em geral, concluiu que, não importa por qual ângulo seja, todas as falas investigadas eram, em essência, excludentes. Esses três estudos apresentam uma crítica das condições em geral nas quais o ensino remoto ocorreu durante a quarentena, em nosso país.

O último artigo (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020), pode ser considerado em separado por ter sido o único encontrado, mesmo quando se ampliou o número de bases de dados para levantamento, que abordou o objetivo específico de investigar a questão da volta ao ensino presencial. Mesmo assim o fez a partir de um levantamento da literatura científica em busca de evidências que lhes pudessem fundamentar decisões sobre a volta às aulas, após a quarentena de Covid-19. Em síntese, a literatura indicou que a ampliação da jornada, em condições normais, não constitui um recurso positivo em casos de interrupção de aulas; não foi encontrado suporte nas evidências científicas de que o recurso às tecnologias digitais, mesmo as mais sofisticadas, garantam uma recuperação do que foi deixado de aprender durante o período de suspensão das aulas presenciais; não é a disponibilidade e a qualidade das tecnologias digitais que fazem diferença na aprendizagem, mas sim o modo como ela é inserida no contexto escolar; há a necessidade de um diagnóstico, para se poder aferir o nível do prejuízo devido à interrupção; o recurso ao ensino estruturado, ao uso de métodos adequados de alfabetização, ao uso estratégico dos deveres de casa e de programas de leituras são as estratégias que encontram melhor suporte nas evidências científicas; e são promissoras também o uso melhor do tempo, concomitante a uma redução do absenteísmo e programas intensivos de tutoria em pequenos grupos para os alunos com mais dificuldades.

A partir dos doze artigos sumarizados até aqui, é possível, ainda que apenas de um ponto de vista teórico, se ter uma visão aproximada do modo como a literatura científica no Brasil abordou o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, durante o período de quarentena e após a retomada das aulas presenciais, que constitui o objetivo geral do trabalho.

Os dez artigos de pesquisa encontrados foram classificados em três subcategorias: pesquisas com professores (8), pesquisa com familiares (1) e pesquisa sobre atuação do psicólogo escolar em tempo de pandemia (1). Como fica evidente, a grande maioria das pesquisas tinha como foco o professor. Nesta subcategoria, foram encontradas oito pesquisas com professores que foram divididas em três partes, segundo o foco de investigação: aspectos pedagógicos (3), aspectos profissionais (3) e aspectos psicológicos (3).

Em relação aos aspectos pedagógicos, Cipriani, Moreira e Carius (2021) buscaram dar voz aos professores de Educação Básica atuantes durante a Pandemia, investigando seus pensamentos, sentimentos, desafios e perspectivas. Entre os resultados da pesquisa foi verificado que os professores apresentavam receios em relação à maneira como o processo educacional foi configurado; demonstravam estado de ansiedade, preocupação e angústia, como resultado da sobrecarga de trabalho vivenciado; declaravam dificuldades na adoção dos novos meios, recursos e metodologias; revelavam limitação da interação entre professores e alunos, considerada um fator preponderante, pela ausência de importantes feedbacks necessários no processo de ensino-aprendizagem. Almeida e Dalben (2020), em um estudo de caso instrumental em uma escola pública do estado do Paraná, puderam concluir pela potencialidade de reinvenção da escola, devida principalmente aos processos participativos por meio dos quais se deram os enfrentamentos. No entanto, foram evidenciadas as limitações devidas às condições objetivas dos envolvidos, decorrentes das desigualdades não apenas no acesso aos instrumentos digitais como também em seu domínio, falta de ambiente propício nas residências dos alunos das classes socioeconomicamente desfavorecidas, deficiência na formação continuada dos profissionais da educação em relação ao uso de tecnologia de informação e comunicação, que levaram a instituição a trabalhar no limiar da impossibilidade de cumprir suas metas, além de depoimentos importantes que atestavam o sofrimento, a angústia e as ansiedades decorrentes da sobrecarga de trabalho dos profissionais. Denardi, Marcos e Stankoski (2021) verificaram uma diferença muito grande entre os dois grupos, professores de institutos particulares de ensino de inglês e professores de inglês de escolas particulares, e o terceiro grupo dos professores de escolas públicas, com destaque para a maior facilidade de adequação ao ensino remoto por parte dos dois primeiros, enquanto no terceiro ocorreu um predomínio de dificuldades, sobrecarga de trabalho, angústias e ansiedades.

Quanto aos aspectos profissionais, Lima *et al.* (2021), em um inquérito epidemiológico transversal, com 15.641 professores da educação básica estadual, identificaram que a redução da renda familiar foi mais prevalente entre professores mais jovens, que viviam com companheiro (a), estavam na carreira inicial do magistério, com vínculo empregatício precário e menor carga horária semanal no trabalho docente. Também foi verificado, quanto à saúde mental do trabalhador, relatos de aumentos expressivos durante a pandemia de episódios de tristeza, ansiedade e dificuldades no sono, indicando a não ocorrência de promoção da saúde dos trabalhadores da educação. Silva *et al.* (2021), ao analisarem uma outra parte do mesmo projeto geral de pesquisa que incluiu o artigo anterior, encontraram que aproximadamente 80% dos (as) professores (as) declararam que não estavam satisfeitos (as) com o trabalho docente durante a pandemia. Os autores concluem que as mudanças causadas no sistema educacional provocadas pela pandemia da COVID-19, impactou diretamente a rotina do trabalho do (a) professor (a), causando prejuízos aos mesmos e contribuindo para a insatisfação com o trabalho dos (as) professores (as) neste período.

Quanto aos aspectos psicológicos, Troitinho *et al.* (2021) revelaram que o trabalho remoto emergencial produziu efeitos na ansiedade-estado, afeto negativo e estresse percebido, que foram moderadas pela experiência prévia. Mulheres apresentaram mais respostas que homens, um efeito mediado principalmente pela quantidade de trabalho doméstico realizada pela professora. Os participantes se referiram também às dimensões laborais negativas e dimensões afetivas sobre o trabalho remoto, com menor quantidade de respostas relacionadas as dimensões laborais positivas, a aprendizagem e as questões político-econômicas. Os autores concluem que o trabalho remoto emergencial exacerba o estresse docente, apontando para precarização do trabalho docente e necessidade de implementação de políticas que mitiguem esses impactos. Pinho *et al.* (2021) obtiveram relatos de professores de que, durante a pandemia, 51,4% tiveram alterações no contrato de trabalho e 76,8%, aumento da jornada laboral; o ambiente domiciliar e equipamentos tinham baixo nível de adequação ao trabalho remoto: espaço físico (19,6%), mobiliário (21,7%), nível de ruído (17,2%), computadores (44,5%) e internet banda larga (36,7%); entre as mulheres, 42,3% relataram sobrecarga doméstica alta; entre os homens, 17,4%; as mulheres apresentaram situação de saúde preocupante, destacando-se crises de ansiedade (53,7%), mau humor (78,0%), transtornos mentais comuns (69,0%) e qualidade do sono ruim (84,6%). Oliveira *et al.* (2022) revelaram, em relação à violência contra crianças e adolescentes, referida pelos participantes como fenômeno multidimensional, que, com a pandemia, pelas especificidades de maior ocorrência nas famílias, as alterações da vida cotidiana impostas, em especial, pelo afastamento escolar, foram relatadas como podendo

implicar no aumento de casos e maior dificuldade para identificação de violências contra essa população. Foram ainda reforçados os impactos à saúde mental de crianças e adolescentes nesse período.

Dos estudos anteriores é possível concluir que o impacto da pandemia sobre os professores foi exacerbado, tanto em termos pedagógicos, quanto profissionais e mesmo psicológicos.

Nas pesquisas com familiares, só foi possível encontrar um artigo (ARAÚJO *et al.*, 2022), cujos resultados indicaram situações como a falta de recursos tecnológicos, como também despreparo das mães em lidar com o conteúdo das matérias, fatores impeditivos do desenvolvimento satisfatório das propostas educativas; a continuidade da lógica da divisão sexual do trabalho, com o agravamento da sobrecarga para as mulheres; algumas participantes também perceberam uma oportunidade de aproximação dos filhos e de conhecer melhor seu processo de aprendizagem. Apesar ter sido possível encontrar apenas um estudo, fica evidente o enorme prejuízo para os familiares com o modo de enfrentamento da pandemia adotado pelo sistema de educação básica no nosso país.

Sobre atuações do psicólogo escolar em tempos de pandemia, Fiaes *et al.* (2021) relatam uma experiência de estágio de Psicologia Escolar cujas atividades incluíram construção e distribuição de materiais informativos virtuais, projeto de cartas terapêuticas, divulgação de informação em plataformas digitais, além de acolhimento online de casos específicos, no qual se observou que o uso das tecnologias de informação e comunicação revelou-se como uma estratégia potencial para ação junto ao público adolescente, mas evidenciou as dificuldades de acesso à educação de modo remoto para os alunos de escolas públicas, acirradas durante a pandemia. Esse estudo revela a enorme possibilidade de atuação do psicólogo no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

A partir desta exposição sumária de todos os estudos encontrados no levantamento da literatura científica, é possível concluir que foi alcançado não apenas o objetivo geral de compreender como a literatura científica no Brasil abordou o tema Covid-19 em relação ao ensino remoto, durante o período de quarentena e após a retomada das aulas presenciais, mas também os objetivos específicos de investigar, a partir dos trabalhos encontrados, por quais meios era realizado o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19; se ocorreram dificuldades de aprendizagem, durante a quarentena; compreender os aspectos psicossociais relacionados ao distanciamento do espaço escolar; e buscar possíveis estudos que pudessem orientar a volta ao ensino presencial, ao final da quarentena.

A proximidade com o fenômeno estudado, uma vez que, de fato, a pandemia de Covid-19 ainda não foi declarada extinta, ainda que a quarentena já tenha se encerrado, pode ter sido a principal razão para os poucos estudos encontrados, especialmente em relação à questão da volta ao ensino presencial, para o qual encontrou-se apenas um estudo teórico. Assim, acredita-se que é urgente a necessidade de se continuar a realizar pesquisas de revisão bibliográfica sobre o tema, pois há muito ainda a se aprender com este Acontecimento, ao mesmo tempo em que se fazem necessárias novas pesquisas que busquem revelar as condições nas quais estão ocorrendo a volta às atividades presenciais na Educação Básica Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-20, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.23968>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDSZGGLL9kt4b8YMB8wRN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ARAUJO, D. C. G. *et al.* Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-12, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902022200877>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BJqstQXdt5MSRCvQQRpPW7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- ASSIS, A. E. S. Q. Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-10, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469825112>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ymhskLWxTXmGyvtvVLWwVwz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRITO, E. P. P. E. (In)subordinações curriculares: desacelerem o mundo que eu quero descer. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-15, mai. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es.242698>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7Mmcw6pFrDjZXQnBjk8XqVx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- CAMIZÃO, A. C.; CONDE, P. S.; VICTOR, S. L. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-17, abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202147245165>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ftkkwwZtMh4VgHymv5G5WHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2022.
- CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, A. C. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-24, jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105199>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsf3ZKpyM9N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A Educação na Era dos Transtornos. In: VIÉGAS, L. S. et al. **Medicalização da educação e da sociedade**: ciência ou mito? Salvador: EDUFBA, 2014. p. 47-65.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez. 1996
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

DENARDI, D.; MARCOS, R. A.; STANKOSKI, C. R. Impactos da pandemia covid-19 nas aulas de inglês. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 113-143, 8 set. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e80733>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ides/a/BLVRJXv4FYJ6F5z66RXkHbg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DIOGO, M. F.; ASSIS, N. Atividades pedagógicas não presenciais em tempo de pandemia: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 491-508, ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a14.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ESCOLA, J. J. J. Comunicação Educativa: perspectivas e desafios com a covid-19. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109345>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/RrBrB6hsHxQv6hzfkdhg4Qz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022

FIAES, C. S. *et al.* Psicologia escolar na pandemia por covid-19: explorando possibilidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, p. 1-4, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392021247675>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/VgLNkXkzwXSJHHxhntpdjvB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 29-41, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

GUZZO, R. S. L.. Risco e Proteção: análise crítica de indicadores para uma intervenção preventiva na escola. In: N.VIANA, M.; FRANCISCHINI, R. (org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. cap. 1, p. 9-37. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

HARACEMIV, S. M. C.; CIRINO, R. M. B.; CARON, C. R. Fracasso escolar e medicalização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, p. 2855-2868, 1 dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v15iesp5.14562>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14562/10089>. Acesso em: 26 ago. 2022.

JUSTO, A. R.; CARVALHO, J. C. N.; KRISTENSEN, C. H.. Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais. **Psicologia, Saúde & Doenças**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 510-523, jul. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150214>. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/psd/v15n2/v15n2a14.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

LAGUNA, T. F. S. *et al.* Remote education: parents' challenges in teaching during the pandemic. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, n. 2, p. 393-401, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9304202100s200004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PGF37qhRQP9HYFH5TSv89zR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19637/18979>. Acesso em: 09 maio 2022.

LIMA, C. A. *et al.* Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-14, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00329>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4dWvLDTzfmqNGTL6RcGTZxR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-149420210203>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MAGALHÃES, R. C. S. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1263-1267, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702021005000012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: Fundamentos e recursos básicos**. 1 ed. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 1989.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Sibi: Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo, Florianópolis**, v. 4, n. 17, p. 758-764, out. 2008. Disponível em: https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/3509/art_MENDES_Revisao_integrativa_me_todo_de_pesquisa_para_a_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2022.

MOSSMANN, S. S.; DAGA, A. C.; GOULART, A. J. Uma leitura crítica do processo didático-pedagógico encaminhado durante a pandemia da Covid-19 na rede pública estadual de ensino em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 1037-1069, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398202117868>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/6DKCS7yzCsSKj5h8smC9VZM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Covid-19 e o fim da educação 1870 - 1920 - 1970 - 2020. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 25, p. 1-19, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/110616>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/KNh6dGg9qLCjMknGPffLz4j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

OLIVEIRA, A. P. F. de *et al.* Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-8, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0250>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/qHGnGXjh8j8Nm7NRXhP9v7R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362020002802885>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvLvmGSXhBTL5F6zfwm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 1 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PEDROZA, R. L. S.; MAIA, C. M. F. Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. In: NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. cap. 3. p. 92-117. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/noticias/eBook_PsicologiaEscolar.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

PINHO, P. S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-21, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PORTAL G1. **Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados**. 2022a. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PORTAL G1. **Número de crianças que não aprenderam a ler e escrever chega a 2,4 milhões e aumenta mais de 65% na pandemia, diz ONG**. 2022b. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/08/numero-de-criancas-que-nao-aprenderama-ler-e-escrever-aumenta-na-pandemia-apontalevantamento.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=shareengagement&utm_campaign=te-materias. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, R. R. V. *et al.* Pandemia da covid-19: insatisfação com o trabalho entre professores(as) do estado de minas gerais, brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Montes Claros, v. 26, n. 12, p. 6117-6128, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212612.10622021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XvX8nR5YN6xtJfgBgc5Whxf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TROITINHO, M. C. R. *et al.* Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-20, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00331>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/W93PH7nPTTMtYpDDC3bZXTR/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 24 fev. 2022.

VEIGA-NETO, A. Mais uma lição: sindemia covídica e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-20, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109337>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/FtpkV5RY3Q64nvBdvxbSXwg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 24 fev. 2022.

VIANA, M. N. Interfaces entre a psicologia e a educação: reflexões sobre a atuação em psicologia escolar. In: N. VIANA, M.; FRANCISCHINI, R. (org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. cap. 3. p. 54-73. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf.

Acesso em: 09 maio 2022.

VITAL, S. C. C.; URT, S. C. Do imprevisível pandêmico ao intencional formativo: uma psicologia educacional/escolar para pensar o enfrentamento ao adoecimento docente. In: NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. cap. 3. p. 118-146. Disponível em:

https://www.ifpi.edu.br/noticias/eBook_PsicologiaEscolar.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

ZUCOLOTTO, M. P. R.; MENDES, L. B.. O papel da psicologia escolar na perspectiva da análise institucional. **Diálogo**, Canoas, n. 43, p. 89-98, 13 abr. 2020.

<http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i43.5103>. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/5103/pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.